

CIÊNCIA HOJE

Colágeno

FULERENOS: AS BOLAS DE CARBONO
A DEFESA QUÍMICA DOS ANFÍBIOS
O CONTROLE DO CAOS



Inventando raça

No momento em que no Brasil manifestações de preconceito envolvem grupos sociais em conflitos violentos e a intolerância assume um caráter aparentemente racial – como no caso da violência contra os nordestinos em São Paulo –, nada mais oportuno para *Ciência Hoje* do que endossar as palavras da representante da SBPC, Mariza G. S. Peirano na audiência pública 'Racismo e neonazismo: a difícil convivência igualitária numa sociedade democrática', da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, realizada no Congresso Nacional, Brasília, no dia 9 de dezembro de 1992, tornando-as seu editorial nesta edição. Compartilhamos, assim, com a classe política, os sentimentos de repúdio às manifestações de antagonismo e preconceito.

Lembra-nos a professora, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, que os pesquisadores das ciências da cultura têm uma concepção da humanidade muito mais rica e mais complexa do que a encontrada no senso comum cotidiano. Para eles, a humanidade é ao mesmo tempo uma e única, mas também contém uma grande diversidade. Esta diversidade se desdobra continuamente, produzindo novas concepções de mundo, novas formas sociais. Este modo de ver a humanidade faz com que esses pesquisadores assumam compromissos éticos e políticos não só com a sociedade da qual fazem parte como especialistas ou cidadãos, mas também com aquelas que estudam e com os povos com que convivem.

O debate em curso no Brasil sobre a modernidade é uma ocasião para relembrar que os valores de tolerância e de relativismo, produtos das ciências da cultura, são fenômenos do mundo moderno, o qual desenvolveu um interesse especial em examinar as diferenças culturais e preservá-las, mostrando seu potencial de riqueza. As ciências da cultura são, portanto, caudárias das noções de direito e liberdade, justiça e tolerância, que levaram ao estabelecimento das instituições democráticas, das constituições, das noções de direitos humanos, governo majoritário, sistemas partidários etc.

Mas o mundo moderno tem também suas perversões e uma das mais notórias diz respeito ao racismo e ao nazismo neste século. O reconhecimento de que o racismo e o neonazismo são fenômenos modernos, uma doença do nosso mundo – e não apenas uma aberração de alguns fanáticos – deve nos levar a refletir sobre os problemas da sociedade contemporânea e, especialmente, da consciência nacional. Isto já ocorreu na Alemanha da primeira metade do século e é hoje um fenômeno endêmico.

Quando a idéia de nação se tornou uma meta política no Ocidente, sua implantação e legitimidade trouxe os ideais de direitos civis, políticos e sociais para todo e qualquer cidadão. No entanto, a extensão desses ideais nacionais, modernos e ocidentais a povos de outras latitudes muitas vezes tem gerado

conseqüências indesejáveis, motivando ou recrudescendo, sob novas roupagens, conflitos milenares. Até hoje esses problemas, comuns a outros países do chamado 'Terceiro Mundo', ao Leste europeu e mesmo à nova Europa, não nos tinham afetado de maneira particular.

No caso do racismo e do neonazismo, é necessário levar em conta que, como produtos do mundo moderno, esses fenômenos perversos do mundo moderno estão paradoxalmente vinculados a uma visão de mundo que tem no indivíduo a medida de todas as coisas, em detrimento dos princípios da vida social. A ênfase acentuada na violência traduz precisamente o acirramento do individualismo e a conseqüente negação das crenças coletivas. Mais ainda: a raça se transforma no único fundamento válido de uma sociedade global, ou seja, valoriza os indivíduos apenas enquanto seres biológicos, chegando a negar a própria idéia coletiva de nação. Os seres sociais tornam-se, assim, representantes biológicos da humanidade.

É bem verdade que todos os grupos sociais se definem tanto por obrigações internas quanto por freqüentes antagonismos a outros grupos. As nações modernas são também sociedades que não existem sem antagonismos. Mas há uma diferença fundamental entre estes antagonismos e o racismo: na consciência de raça e no preconceito de raça, o único critério a distinguir de maneira substantiva o antagonista é a aparência física.

No caso brasileiro, nossa ideologia faz com que acreditemos ser esta uma sociedade tradicionalmente apta a conviver com diferenças regionais e étnicas. Em que pese a distância entre ideais e realidade, é fundamental o valor atribuído à diferença, pois é esta que fornece as bases para legitimar a relação entre os indivíduos, e não seus atributos nominalistas.

Por isso, os episódios recentes, ocorridos em São Paulo, são particularmente alarmantes: as diferenças regionais existentes sem dúvida, mas em princípio passíveis de acomodação, ao se tornarem 'preconceitos raciais' de cunho neonazista, podem gerar – como na verdade já estão gerando – uma violência imprevisível, dada a sua natureza essencialista e nominalista, introduzindo assim, no nosso meio, os aspectos mais negativos do projeto ocidental moderno.

Nos idos dos anos 50, várias pesquisas foram realizadas no Brasil sobre o preconceito racial supostamente inexistente. Para a Unesco, que financiou o projeto, o Brasil seria um exemplo de 'democracia racial'. Pesquisas empíricas contestaram esta hipótese.

Nos episódios de São Paulo, nem mesmo os atributos de raça podem ser evocados para a violência, porque aqueles que foram agredidos não se distinguem dos seus agressores pelos traços físicos. Só podemos concluir então que estão 'inventando raça' onde ela não existe. Constata-se, sim, o regionalismo e, naturalmente, as flagrantes desigualdades sociais. Assistimos assim à criação da perversão local da perversão moderna.